

# Editorial

## Educação, República e Democracia

Os artigos deste número da Revista Contexto & Educação ocupam-se com os temas da república, da democracia e da educação. Destacam que, consideradas de modo amplo, as instituições e as atividades educacionais são decisivas para implementar e sustentar os princípios políticos, filosóficos e morais nos quais se assentam e se legitimam sociedades genuinamente republicanas e democráticas.

Os textos se afinam ao considerar os assuntos da educação sob perspectivas da tradição republicana e democrática moderna e contemporânea. Lidos em conjunto, eles nos instigam a pensar que o consenso relativamente amplo estabelecido sobre a importância desses espaços desde os tempos modernos se desfaz quando se trata de significar, de avaliar e de estabelecer as condições e propósitos do conjunto das instituições e das atividades educativas sob as quais o campo educacional se orienta. Um lugar privilegiado para observar afinidades e diferenças é oferecido tanto pelas obras que se dedicaram ao exame desses assuntos quanto por descrições de experiências históricas de sociedades designadas pelos termos república e democracia.

Divergências à parte, os imaginários republicanos e democráticos instaurados e expandidos desde o século 18 se assentam nos princípios de isonomia, de igualdade de direitos promulgados e amparados por um governo das leis e de uma ampla participação dos cidadãos nos diversos assuntos de interesse comum. Leis que, concebidas como originadas da elaboração e do assentimento universal os cidadãos, constituem um horizonte jurídico para as ações necessárias e condizentes com propósitos que uniram os membros em associações políticas, ainda hoje designadas por Estados, ou Confederação de Estados.

O fato é que os ideários republicanos e democráticos, cujas primeiras conceituações e configurações aparecem na antiguidade greco-romana, embora tenham mantido as mesmas designações, sofreram profundas alterações nas sociedades modernas a partir das experiências revolucionárias na América e na França no século 18. É nesse contexto que os assuntos da educação, em geral designados por instrução pública, assumem um lugar de destaque. A peroração de Condorcet segundo a qual a liberdade dos cidadãos associa-se ao conhecimento, dado que a ignorância e a desigualdade da instrução estão na base das tiranias, oferece um bom exemplo de argumentação coerente com os princípios proclamados pelo republicanismo do século 18. No mesmo dia-pasão profere: a educação patrocinada pelo Estado não pode se confundir com propaganda política, pois isto significaria dar origem a uma nova submissão intelectual; os processos de produção e difusão de conhecimento em todos os níveis de escolarização e nas sociedades científicas precisam manter-se independentes de qualquer interferência externa, seja de natureza religiosa, política ou ideológica.

Nos contornos e inflexões desta problemática que reclamam considerações filosóficas, éticas, políticas e educacionais relevantes aos tempos modernos e atuais, movem-se os diferentes escritos deste número. O texto de abertura intitulado *Crítica à cultura, sociabilidade moral e amour de l'ordre em Rousseau*, de Cláudio A. Dalbosco, partindo da tese de que a moralidade nasce com a sociabilidade, argumenta que “se o amor-próprio é um sentimento tipicamente social, embora seja a sede das paixões *irascíveis* e odientas, também pode constituir a moralidade de modo positivo e não só negativamente. Ou seja, o amor-próprio, por meio da razão reflexiva que o constitui, pode desempenhar o papel positivo de elevação moral do caráter humano.”

Também, explorando o pensamento de Rousseau, Evaldo Becker, no ensaio intitulado *Educação e política: notas sobre a formação do homem e do cidadão em Rousseau*, aborda uma das questões mais controversas no debate moderno e contemporâneo, a relação educação e política, explicitando seus vínculos com a formação do homem e do cidadão. Destaca no pensamen-

to do autor genebrino a afirmação de uma educação laica e comprometida com a formação de homens livres, preocupação norteadora da escola republicana em gestação na França pós-revolucionária.

O texto *A fundamentação filosófica da escola republicana*, de Adriana Mattar Maamari, explora as referências filosóficas da escola republicana presentes no pensamento de Thomas Paine e de Condorcet, que estiveram na gênese da constituição do Estado moderno, num processo que tem início no final do século 18, e que traz consigo a associação da república à democracia. Enfatiza que a república torna-se efetiva somente quando os cidadãos são esclarecidos, autônomos, críticos e capazes de responder por seus próprios destinos; que o cidadão instruído é cosmopolita e humanista; que a república e a escola se mantêm mutuamente; que a escola republicana deve estar livre de interesses particulares, dogmáticos ou econômicos que impeçam o desenvolvimento das crenças e ações livres e esclarecidas dos cidadãos.

Tiago Anderson Brutti, no texto *Sentido moral, república e instrução pública*, apresenta considerações de Condorcet, de Shaftesbury, de Hutcheson e de Smith, examinando o papel destinado à instrução pública no desenvolvimento dos sentimentos morais. Destaca que a instrução dos cidadãos precisa ser coerente com a promessa de igualdade que constitui a República e que, para Condorcet, cabe a ela “estabelecer entre os cidadãos uma igualdade de fato e tornar real a igualdade política reconhecida pela lei”.

No texto *A democracia como processo: política e educação no pensamento de Tocqueville* Helena Esser dos Reis expõe considerações do autor acerca de aspectos políticos e culturais que configuram as sociedades democráticas modernas. Destaca que embora Tocqueville não tenha escrito nenhum texto sistemático acerca da educação, ocupa-se com a formação cívica dos cidadãos; que mesmo reconhecendo a importância das instituições de ensino para a formação dos cidadãos em um Estado democrático, sua atenção se orienta para a ação política tida como central à formação cívica.

Altair Alberto Fávero e Carina Tonieto explicitam no artigo *Reconstrução da experiência e educação: a relação entre filosofia e pedagogia no pensamento de John Dewey* as implicações da proposta deweyana para a compreensão do conhecimento como “reconstrução da experiência” para o campo educacional, reforçando os laços entre filosofia e pedagogia. Destacam os desafios lançados por Dewey aos educadores no que se refere à necessidade de ultrapassar, por um lado, o “dogmatismo conteudístico”, e por outro, o “espontaneísmo vazio”, estabelecendo pontes entre o saber sistematizado e o saber prático e cotidiano construído na interação com o entorno.

Ireneu Aloisio Schmidt, no texto *John Dewey e a educação para uma sociedade democrática*, valendo-se também das contribuições de William Kilpatrick, acentua como característica distintiva das sociedades democráticas o fato de os indivíduos deverem assumir a responsabilidade na direção do curso de suas existências particulares e públicas, tarefa que adquire um novo grau de complexidade em um mundo em constante mudança.

Lizandra Andrade Nascimento, no escrito *Arendt: espaços da ação, espaços da educação*, examina a controversa relação entre a política e a educação. Enfatiza, por um lado, os lugares centrais que a pluralidade e a liberdade ocupam nas considerações de Arendt acerca da política; por outro, o cuidado que os educadores devem ter de não privar as novas gerações de seu direito de começar algo novo, movidos pela pretensão de “preparar os cidadãos do futuro”. Elucida, ainda, o fulcral argumento de Arendt: na política, diferentemente do que ocorre na educação, na qual agimos entre adultos já educados.

No texto *Educação, democracia e justiça no neopragmatismo de Rorty*, César Fernando Meurer apresenta o pensamento de Richard Rorty sobre os temas da democracia e da justiça, os quais considera importantes para explicitar as contribuições deste autor acerca do campo educacional. Enfatiza que, do ponto de vista deste pensador, a filosofia não deve ter a pretensão de buscar “fundamentos para a educação”, porém reconhece em Rorty, que as atividades filosófica e política podem contribuir para o que ele designa como “edificação”.

Claudio Boeira Garcia, no artigo *Considerações sobre república, democracia e educação*, debate os temas da república, da democracia e da educação originados dos princípios e das promessas revolucionárias do século 18. Tecendo considerações acerca dos impasses e possibilidades de essas promessas tornarem-se efetivas, conclui, na esteira dos autores invocados, que “os regimes republicanos e democráticos mais que passíveis de incessante aperfeiçoamento pelos cidadãos, são os únicos cujos estatutos oferecem boas razões para apostar em tais possibilidades”.

A passagem pelo conjunto destes textos evidencia a possibilidade de pensarmos os temas que os atravessam sem o “corrimão” das certezas metafísicas, e justamente por isso nos convocam a continuar pensando.

Pensar, por exemplo, que a educação escolar republicana não pode ser niilista, dado que ela é já produto de uma escolha que ao mesmo tempo pode assumir tanto uma dimensão normativa quanto empírica: a) normativa no sentido preciso de que uma república bem estabelecida é uma aposta em um modo universal e intersubjetivo de viver bem em uma era sem amparos estrangeiros ao plano em que se movem os humanos. Condição na qual os humanos assumem as responsabilidades por seus destinos; em que a formalização de princípios jurídicos e de leis passa a ser um marco decisivo que orienta as apostas eleitas e estabelecidas como as mais razoáveis para lidar com os assuntos de interesse comum. Marco que além de indicar o horizonte das ações cidadãs, oferece proteção contra o domínio dos projetos particularistas; b) empírica porque o governo das leis e a ampla participação dos cidadãos no interesse de que elas sirvam de limite para as boas ações são a garantia de que nem as ações nem os melhores valores da república e da democracia serão esquecidos e descartados.

Destituída de “fundamentos metafísicos”, mas não de referências políticas baseadas nos assentimentos e nos dissensos dos cidadãos, a educação/instrução de uma escola republicana não oferece garantias últimas, mas não abdica da convicção de que os humanos podem viver todos juntos; podem estabelecer e cuidar de suas instituições orientados por suas melhores escolhas e justificativas.

Enfim, as reflexões aqui apresentadas sobre diferentes dimensões da educação e orientadas pelo espírito democrático-republicano no qual se amparam, colocam-nos frente a frente com a crucial questão que pode ser assim resumida: mais temerário que ignorar a extensão e a gravidade de nossos problemas políticos, morais e educacionais atuais, é pensar que eles possam ser solucionados fora do campo de debates e das ações partilhadas. Desejamos boa leitura a todos com a expectativa da continuidade deste debate.

*Claudio Boeira Garcia e Paulo Evaldo Fensterseifer*